

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

A Revolución Bolivariana e a Segurança Regional.

Cleber Batalha Franklin¹

Introdução

Este trabalho pretende questionar os possíveis desdobramentos em relação a segurança e a defesa sul-americana onde se destaca a figura do Presidente Hugo Chávez da Venezuela. Suas ações após os graves incidentes ocorridos na fronteira entre a Colômbia e o Equador em março do presente ano, mais as posições em contra os movimentos autonomistas na Bolívia vem realçando ainda mais o papel de Chávez no cenário regional. Da mesma forma que ele vem construindo uma liderança interna o mesmo ocorre no cenário externo.

Para tanto, primeiramente, procuraremos desvendar para o sistema político venezuelano a chamada *Revolución Bolivariana* ou o *Socialismo del Siglo XXI*. Que, para alguns autores, iniciou-se em 1982, quando um grupo de jovens militares criou um movimento para reformar o exército dentro dos ideais de uma grande pátria sonhada por Simón Bolívar. Da tentativa de golpe em 1992 até o presente, passando por várias eleições e conturbações, o que se tornou o líder, ou seja, o Presidente Hugo Chávez, vem implantado reformas políticas centralizadoras e para alguns autoritárias.

Estas ações repercutem nas relações externas da Venezuela. Seja com os seus vizinhos, como a saída da *Comunidad Andina de Naciones* – CAN, sua possível entrada no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, ou na criação da *Alternativa Bolivariana para las Américas* – ALBA. Seja no distanciamento em relação aos Estados Unidos da América.

Para especialistas na política venezuelana, como Romero (2006), Chávez está ampliando as características básicas da política externa venezuelana: ativismo, centralismo no executivo e a utilização do petróleo. Já para Villa (2007) o que está ocorrendo é uma mudança de paradigma: da democracia representativa para a democracia participativa. Podemos também apontar a compra de materiais de defesa o que tem gerado um temor pelo início de uma corrida armamentista regional.

Dividiremos este ensaio em duas partes: a primeira de uma breve análise do sistema político venezuelano na qual denominamos de a *Revolución Bolivariana*. E a segunda onde pretendemos abordar os problemas relacionados com a segurança e a defesa regional. Depois faremos as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

La Revolución Bolivariana

O Presidente Hugo Chávez vem implantando desde 1999 a sua *Revolución Bolivariana*. Esta se confunde com o “Socialismo do Século XXI”. E para os adversários ela não passa de um regime ditatorial cujas práticas políticas são conhecidas como “chavismo”. De qualquer ângulo avistamos no centro da política venezuelana o Presidente Hugo Chávez, personagem surgido após o dia 04 de

¹ Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR e membro do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe - NECAR/UFRR.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

fevereiro de 1992. Dia da primeira tentativa de golpe de Estado patrocinado pelo “*Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*” ou MBR – 200.

O MBR – 200, criado em 1982, a princípio era uma organização clandestina exclusivamente militar e sem uma agenda política definida. Estavam mais comprometidos em resgatar no seio do exército os ideais bolivarianos conjugados com as ações de governos militares mais independentes como o implantado no Peru após golpe de 03/10/1968. Ou como define Bottó (2005) de governos autoritários que predicavam a necessidade de mudança social e a participação popular como instrumentos para o desenvolvimento. De suas fileiras saíram os principais oficiais golpistas.

Passado quase uma década do início do processo, Chávez havia ganhado nas urnas todas as disputas eleitorais para legitimar o seu projeto eclético no qual mistura várias correntes políticas como: o retorno à *Gran Colombia* de Bolívar, o socialismo cubano e a crença nos militares como principais agentes de transformação. Para Durán (2006) Chávez é um político demasiado pragmático para apostar o seu futuro em uma experiência socialista como a cubana, visto que o socialismo real é um fracasso e não estamos em um mundo polarizado. Em relação às suas relações com os militares há certa discordância entre autores: se de um lado temos a Battaglini (2002) advoga que hoje os militares venezuelanos estão comprometidos com uma agenda democrática e popular, por outro lado, Jiménez (2005) que aponta pela militarização da política venezuelana. Entretanto a utilização da “*Fuerza Armada Nacional*” como artífices em missões sociais, a colocação de oficiais em vários postos políticos e a preparação de uma estratégia de defesa nacional baseada na criação de milícias populares e de enfrentamento a um inimigo muito superior também conhecida como “*La Guerra Asimétrica*” nos leva a crer que o grau de dependência do chavismo em relação aos militares vem sendo ampliado. Inclusive ao apresentar a atual constituição no final de 1999, diga-se uma constituição repleta de avanços políticos e sociais que sem dúvida deu aos venezuelanos mecanismos institucionais para aumentar a participação popular; que também contempla possibilidades de intervenção militar na vida política.

Como nas urnas até então era impossível derrotar o atrevido filho de um professor primário, outras vias foram tentadas: greves, manifestações públicas, forte propaganda na mídia e o golpe de 11 de abril de 2002. Depois de retornar ao poder com o apoio dos militares es ainda se recuperando do susto Chávez manteve uma postura conciliatória. Mas, segundo Villa (2005: 165), “o país havia chegado a um grau tal de polarização política e social que o presidente ficara com uma margem reduzida de possibilidades de conciliação”. Porém outro golpe foi desfechado entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003: uma greve geral provocou inúmeros transtornos à população e prejuízos significativos ao país. Ela foi comandada por alguns dos participantes do golpe e por tecnocratas da empresa estatal Petróleos de Venezuela – PDVSA. A vital produção petroleira foi paralisada como uma parte significativa do comércio e de outros ramos da economia. Era uma reação à política de controle por parte do governo venezuelano sobre a sua maior riqueza visto que PDVSA desde a sua criação (1976) vinha adquirindo uma grande autonomia decisória através de uma política de internacionalização de seus ativos e da nacionalização de seus passivos. Como afirma Mommer (2003: 184) “desde hace tiempo Pdvsa se transformó en un ‘Estado dentro del Estado’, volviéndose más poderosa a medida que el país se empobrecía”.

Nesta paralisação vários países propiciaram apoio logístico ao governo e a formação de um grupo de países para servir de mediador na busca de uma saída para o impasse. E por iniciativa brasileira foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela formado pelo Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal. Esse grupo contou com o apoio da OEA e teve como princípios o respeito à constituição venezuelana e a busca de uma saída eleitoral para a crise. Emblemático foi o envio pelo Brasil de um navio petroleiro que com a sua carga auxiliou no funcionamento do país. Como era o período de transição entre os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-) ambos foram consultados e concordaram com a operação indicando que haveria uma continuidade na política para a Venezuela. Para Garcia (2003) o Presidente Lula antes mesmo de sua posse demonstrava preocupações quanto à crise venezuelana por representar uma grave ameaça à política regional podendo ter inaugurado um novo ciclo de instabilidade.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Após o fracasso da greve a oposição, utilizando um mecanismo garantido na constituição, iniciou uma longa batalha judicial com o recolhimento de assinaturas e propôs um plebiscito revogatório que por fim foi vencido por Chávez em 2004. Desta vez com a presença de observadores internacionais qualificados como o então Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA César Gaviria e do ex-presidente americano Jimmy Carter que garantiram a lisura do processo. Analistas da política venezuelana como Maya e Lander (2007) apontam para o fortalecimento do regime bolivariano a partir dessa vitória. Para eles com o aumento significativo dos preços do petróleo foi possível implantar políticas públicas conhecidas como *Misiones*, de grande abrangência social, o que favoreceu ao candidato Chávez em mais uma disputa eleitoral a presidência da república ocorrida em dezembro de 2006.

Mesmo sendo um excelente comunicador social Chávez não conseguiu votos suficientes para aprovar sua reforma constitucional no referendo de dezembro de 2007. Para Alvarez (2008: 03) Chávez ao adotar a mesma estratégia eleitoral das eleições anteriores, ou seja, colocar a aprovação da reforma constitucional como uma sendo o apoio ao seu governo recorreu em um erro: “el fracaso de la estrategia plebiscitaria podría implicar que o la mayoría de los electores supieron distinguir entre Chávez y la propuesta de cambio constitucional o bien el respaldo del presidente ha mermado significativamente com respecto a las elecciones del 2006”. Esta reforma estava dividida em dois blocos, um apresentado por Chávez e o outro pela *Asamblea Nacional*, era chamada pelo próprio Chávez como “una revolución dentro de la revolución”. Tanto que uma parte da oposição afirmava que diante de tantas modificações e pela profundidade das mesmas teria que ser convocada uma assembléia constituinte. Entre elas podemos destacar a criação de um sexto poder do Estado: o poder popular, já que pela atual constituição venezuelana o Estado está dividido em cinco poderes: executivo, legislativo, judiciário, “*ciudadano*” e o “*electoral*”. E o fortalecimento do poder da presidência, seja com reeleições indefinidas, ou pela ampliação dos poderes impositivos. Com uma abstenção de 43,85% as propostas de reforma constitucional foram rejeitadas por uma pequena diferença: o bloco A foi rejeitado por 50,65 % e o bloco B por 51,01 %. Até que ponto Chávez irá esperar para realizá-las é uma pergunta que está no ar, visto que, o triunfo do socialismo do século XXI depende da transformação da democracia representativa para a democracia participativa. Para Villa (2007: 01) “a defesa da democracia representativa para a democracia participativa, tem contribuído para gerar uma série de tensões entre a política externa do Presidente Chávez e seu entorno sul-americano”.

Ampliando o que foi exposto por Villa em se tratando das relações exteriores do atual governo venezuelano uma de suas características tem sido o aumento das tensões. Em relação aos Estados Unidos a *Revolución Bolivariana* vem mantendo uma independência anormal diante dos fortes interesses associados aos Estados Unidos, visto que um quarto do comércio exterior venezuelano ainda é direcionado aos Estados Unidos, seja em exportações como em importações. Além de que esse país é o maior consumidor do petróleo venezuelano que representa em torno de 10% de seus gastos. Desde o trágico cataclismo ocorrido no Estado Vargas (dezembro de 1999), quando Chávez proibiu o desembarque de soldados americanos que vieram colaborar na desobstrução das áreas atingidas, as relações com a Casa Branca tem sido conduzida no mais baixo patamar das últimas décadas. Para Kelly e Romero (2005) a relação entre a Venezuela e os Estados Unidos até o governo de Chávez sempre foram muito próximas apesar das desavenças como a política de nacionalização da indústria petroleira e o papel desempenhado pela Venezuela de conciliador nos conflitos regionais na América Central e Caribe como a Revolução Sandinista na Nicarágua e a invasão de Granada.

Vários foram os atritos com os Estados Unidos: a proibição de Caracas para vôos de observação em seu território de aeronaves americanas como parte do Plano Colômbia (que será abordado mais adiante), as visitas de Chávez para fortalecer a Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP ao Iraque de Saddam Hussein, a Líbia de Muammar al-Gaddafi e ao Irã de Mahmoud Ahmadinejad e a política de aproximação com a América Latina e o Caribe via processos de integração como o pedido de adesão ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, ou a criação de outros mecanismos como “*Alternativa*

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Bolivariana para las Américas” – ALBA, um modelo para contrapor a proposta norte-americana da Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA. A ALBA, proposta por Cuba, é parte do processo de aproximação entre Caracas e Havana, que além da amizade pessoal entre Chávez e Fidel Castro, se intensificaram com o fornecimento de petróleo venezuelano em troca dos serviços de especialistas cubanos, essenciais para o cumprimento das missões sociais, principalmente a “*Misión Bairro Adentro*” onde médicos cubanos em sua maioria atendem a população mais pobre do país. Assim como as missões educativas que utilizam o modelo de alfabetização cubano.

Sinais como o embargo imposto à venda de aviões pela empresa brasileira Embraer à Venezuela e a aprovação da venda dessas mesmas aeronaves para a Colômbia demonstram o grau de descontentamento reinante em Washington. Mesmo que na área econômica Caracas vem cumprindo pontualmente os contratos de fornecimento de petróleo e os pagamentos da dívida com as agências internacionais, Venezuela é vista como uma ameaça aos interesses norte-americanos na região como a recusa em apoiar a sua política de guerra contra o “narcoterrorismo” na Colômbia e a utilização do petróleo como recurso constante de política externa. Além do apoio explícito a governos de corte ideológico semelhante como são os da Bolívia, Equador e Nicarágua. Este ativismo é apontado por Romero como uma das características da política exterior venezuelana desde o período da independência até os nossos dias:

fue y es una palanca para procurar la estabilidad política interna, así como también para lograr el reconocimiento de la comunidad internacional. Pero, em fin de cuentas, cualquier país, por más pequeño que sea, há hecho y hará lo mismo. Lo que coloca a Venezuela com un caso singular es tu tendencia a un activismo que en muchas ocasiones ha estado fundado en la creencia de que el modelo venezolano debe ser imitado por el resto de los países del globo. (ROMERO, 2006: 8).

Assim podemos apontar o pedido de adesão ao MERCOSUL como parte de um plano que se de um lado aproxima ainda mais a Venezuela de seus vizinhos sul-americanos, por outro lado, tem ocasionado atritos quando Chávez tenta ingerir-se em assuntos internos de outros países ao exportar um modelo de democracia ou ao criticar o modelo adotado pelos outros, como a crítica que fez ao Senado brasileiro, o que tem dificultado a aprovação da entrada da Venezuela ao MERCOSUL e a olhares distorcidos como o da corrida armamentista. Veremos se está tendo uma disputa pela hegemonia regional ou se há espaço para duas lideranças, que segundo Villa (2007: 11) “a principal novidade relaciona-se com o crescente interesse da Venezuela em mobilizar os recursos de política externa, basicamente o petróleo e o voluntarismo de seus governantes atuais, para desenvolver um papel de protagonista na América do Sul e as tensões que isso gera com o Brasil”.

A Segurança e a Defesa Regional.

São os raros os dias que não observamos na mídia brasileira notícias geralmente depreciativas sobre o Presidente Chávez, e o pior, uma intensa campanha que induz que está iniciando uma corrida armamentista desencadeada por Caracas. Seja pela compra de aeronaves russas como o Sukhoi Su-30 MK, seja pela política externa ativa venezuelana. Assim a revista Veja, na edição 2036 de 28 de novembro de 2007, trás uma reportagem especial titulada “Em que os militares miram”, assinada por Otávio Cabral. Foram aplicados 2.000 questionários, em 24 estados, e ouvidos 384 membros do Exército, em dezenove cidades. Entre as perguntas formuladas a que obteve índices maiores entre as opiniões dos civis como a dos militares foi: se a Amazônia corre o risco ser ocupada por potências estrangeiras. Entre os civis 72,7 % responderam SIM, e entre os militares 82,6% também responderam SIM. O que demonstra, que ao contrário do que pensa a maioria dos políticos, os brasileiros se

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

preocupam com esta temática. E aponta o Presidente Hugo Chávez como o iniciador de uma corrida armamentista na América do Sul.

Ao falarmos sobre estes destes temas obrigatoriamente temos que falar de Amazônia, uma vez que, ambos os países compartilham com a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, a Guiana Francesa, o Peru e o Suriname; este conjunto espacial que é considerado como a “*heartland*” sócio-ambiental mundial (Becker, 2004). Durante anos o Brasil esteve voltado para as suas fronteiras meridionais e a Venezuela vacilava ora entre a sua fronteira com a Colômbia, ora com a frente caribenha. De fato, até pouco tempo, ambos estiveram de costas um para o outro.

No caso brasileiro, uma vez consolidadas as relações com a Argentina ocorreu a escolha da Amazônia como a principal região estratégica. Como o Brasil detém a maior parcela da Amazônica e para os EUA esta região não é prioritária, a maior parte dos temas regionais é tratada como agenda brasileira e tem como objetivo garantir o menor grau de ingerência estrangeira. A exceção são os temas ligados à Colômbia. A influência crescente norte-americana neste país representa atualmente para o Brasil o seu maior temor no que se relaciona com segurança e defesa (Vaz, 2004). E para a Venezuela a construção por parte do Presidente Hugo Chávez de um regime centralizador, popular e autoritário; repercutem em suas escolhas externas, visto que, o seu modelo revolucionário é expansionista. As interferências em governos amazônicos como o da Bolívia e do Equador, mais as ações no Caribe, vêm garantindo alianças regionais. A política externa do Presidente Hugo Chávez tenta reocupar a posição que desempenhou a Venezuela nos anos da década de 1970 quando da difusão do “*Nuevo Orden Económico Internacional*” – NOEI.

No entanto, desde o continente, somente com o Brasil que a Venezuela não tem problemas de fronteiras. Com a Colômbia basta a situação interna desse país para Caracas tratar a sua frente andina como a mais preocupante e ao mesmo tempo a menos confiável. Pelo lado da Guiana, Venezuela não abre mão da disputa territorial do Essequibo. Resta o Brasil, representada pela frente amazônica, cujos interesses estratégicos poderão ser compartilhados com mais comprometimento desde que ocorra um fortalecimento das relações e a convergência de interesses. Entretanto existem desequilíbrios visto que no Brasil há todo um esforço para desmilitarizar o Estado e adotar políticas de defesa mais transparentes e com uma maior participação política. Enquanto na Venezuela assistimos a um processo inverso, ou seja, da militarização do governo e da centralização cada vez maior na figura do Presidente Chávez. Podemos exemplificar com os obstáculos diante da solicitação venezuelana para se tornar membro pleno do MERCOSUL.

Devido a não renovação de uma concessão para um canal de televisão o governo do Presidente Chávez vem sofrendo uma campanha da imprensa brasileira e de setores políticos que o acusa de ser um tirano e que desencadeou uma corrida armamentista no continente. Além de interferir em questões internas de vários países da América Latina. Para eles a Venezuela está impedida de tornar-se um membro pleno do MERCOSUL. Uma vez que o seu governo não cumpre com o Protocolo de Ushuaia (1998) porque o seu sistema político não é democrático. Mas, segundo Santos e Vilarouca (2007) esta rejeição por parte do Congresso Nacional enquanto a entrada da Venezuela ao MERCOSUL está tendo várias etapas: debate político entre a oposição e o governo do Presidente Lula sobre o papel do Estado na economia, a possível “ideologização” da política externa brasileira, o apelo de parlamentares brasileiros pela renovação da concessão da “*Radio Caracas Televisión*”- RCTV e a maneira descortês que o Presidente Chávez tratou ao Senado Federal e a posição de determinados grupos econômicos sobre temas específicos da integração.

Acreditamos ser fundamental a entrada imediata da Venezuela nesse que é uma das principais iniciativas de integração regional da atualidade. Para Vaz (2002) a construção do MERCOSUL foi fruto da convergência dos interesses da Argentina e do Brasil para a restauração plena e a consolidação da democracia. Assim, antes de ser um acordo econômico, o MERCOSUL é uma obra de política regional. Portanto, é interesse do Brasil que a Venezuela seja um membro pleno. Primeiro, manter resguardada a Amazônia como zona estratégica de paz para o continente. Segundo, serviria para contrabalançar no

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

conjunto os momentos de possível instabilidade oriundos de Buenos Aires. Terceiro, pelo seu passado de aproximação com a América Central e com o Caribe a Venezuela poderá liderar estas regiões em um futuro processo de aglutinação. Quarto, por ser o setor produtivo venezuelano mais próximo do brasileiro.

Já para Caracas, entrar para o MERCOSUL representa o apoio político fundamental para tentar recuperar o papel desempenhado nos anos de 1970 e de 1980 quando exercia uma forte liderança junto à comunidade caribenha. Esta relação com o Caribe é vital para equilibrar as suas contraditórias relações com a Colômbia. Estas já sofreram ao longo dos anos a partir da dissolução da “*Gran Colombia*” idas e vindas e atualmente encontra-se em uma fase de extrema tensão após o ataque colombiano a um acampamento das “*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*” - FARC localizado em território equatoriano (01/03/2008). De imediato houve o rompimento por parte do Equador e da Venezuela de suas relações diplomáticas com a Colômbia. E acusações por parte dos colombianos e dos norte-americanos do apoio direto destes dois países mais a Nicarágua as FARC. Foi necessário um acordo promovido pela Argentina e pelo Brasil para mitigar os ânimos. Estas relações estão tensas há vários anos devido a aliança de Bogotá com Washington e as divergências políticas entre Chávez e Álvaro Uribe no trato com a guerrilha. Enquanto a questão do Essequibo, uma vez resolvida, tanto Brasília como Caracas poderão atrair a Guiana e o Suriname para o bloco, inclusive realizando um acordo com os demais membros da *Caribbean Community* - CARICOM.

Sobre as críticas em relação à corrida armamentista basta consultar aos orçamentos para defesa dos países da América do Sul, para verificar que no momento isso não está ocorrendo. Depois de muitos anos com orçamentos diminutos e defasagens tecnológicas de monta, alguns países estão aproveitando da descompressão econômica para recuperar este importante setor estatal. No caso brasileiro desde o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que a Força Aérea Brasileira – FAB aguarda o término da licitação de um novo caça. Quando da posse do Presidente Lula um de seus primeiros atos foi congelar o projeto do F-X. No caso do submarino de propulsão nuclear, projeto que anos aguarda recursos para a sua conclusão, foi necessário a descoberta de uma importante reserva de petróleo em águas profundas para que o Ministro da Defesa afirmasse da necessidade do país dispor tal equipamento. Enquanto a Venezuela, antes de adquirir as aeronaves russas, encontrava-se em uma situação mais crítica do que a brasileira, visto que, o seu principal vetor aéreo o caça norte-americano F-16 está sem armamentos e sem peças de reposição devido ao embargo de Washington.

Portanto, acreditamos que, para ocorrer uma verdadeira corrida armamentista na região será necessário um aumento significativo dos gastos militares. Além de que 70,58 % dos atuais orçamentos são para cobrir despesas pessoais. Outro fator estratégico é a influência tradicional norte-americana, ou seja, qualquer aumento significativo de gastos com armamentos que possa realmente desequilibrar as relações regionais de poder terá que ser via importação e terá uma pressão por parte dos EUA. Uma vez que não uma indústria autônoma na região devido à dependência tecnológica. Como bem demonstrou o embargo à venda de aeronaves brasileiras para a Venezuela.

Oficialmente a Venezuela está desenvolvendo estratégias de defesa baseadas em confrontos assimétricos, posto que enfrentar um inimigo muito mais forte dentro dos parâmetros de uma guerra regular seria algo impossível. Ela se prepara para “*La Guerra Asimétrica*”, que deverá ser travada em espaços urbanos, ao estilo dos combatentes da resistência iraquiana. Por isso da compra de armamentos leves em grandes quantidades como os fuzis Kalashnikov e do preparo de milícias civis. O inimigo provável será os EUA com ou sem um mandato de uma organização multilateral, só ou como líder de uma coalizão. Atualmente nenhuma grande potência tem condições de perpetrar tal ação sem o apoio dos EUA. Muitas são as causas e as possibilidades para justificar esta ação, basta uma etnia dividida pela fronteiras nacionais proclamar a sua independência ou um incêndio florestal fora de controle.

Ela também se prepara para enfrentar inimigos de igual poder e também projetar-se a territórios alheios. Evidentemente que se tratando de política a melhor opção sempre será os caminhos da diplomacia.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Entretanto podemos imaginar cenários de conflitos onde um Estado possa querer impor-se além do convencionalmente aceito. De novo se pensa na Colômbia como a principal ameaça utilizando tropas regulares ou não. Como o temor de que uma vez expulsos os grupos insurretos possa transferir-se para as selvas limítrofes o que levaria a uma ação preventiva colombiana como recente ataque ao território equatoriano. Ou no caso remoto de um impasse que comprometa a segurança do Estado colombiano o que poderá levar ao aumento da presença militar norte-americana. Nestes casos justificaria a compra de aeronaves de ataque Sukhoi Su-30 MK por Caracas. Assim concordamos com a opinião de Villa (2007) de que não há argumentos para a tese da corrida armamentista sul-americana. O que de fato está ocorrendo é uma reposição, ou melhor, uma atualização.

Outros cenários prováveis poderão ser os desdobramentos da crise interna boliviana e da resolução do problema territorial do Essequibo. Em ambos os casos haverá a possibilidade de que o Brasil e a Venezuela estejam em campos opostos. A questão do Essequibo vale lembrar que já ocorreram vários conflitos armados na região envolvendo direta e indiretamente tropas da Guiana e da Venezuela, o último incidente ocorreu em 15 de novembro de 2007 na região do Rio Cuyuní quando um grupo de militares venezuelanos adentraram em território guianense. Ocorreram também pressões econômicas por parte da Venezuela ao interceder junto ao Banco Mundial para que esta instituição não aprovasse os recursos financeiros para a construção do *Upper Mazaruni Hydro-Electric Project* (1981), assim como tem pressionado a quaisquer tentativas de exploração da região. Há a possibilidade remota de uma aventura militar por parte da Venezuela em recuperar pelas armas o território em disputa. Isto seria o último ratio para aumentar a popularidade e que pela experiência das Malvinas é altamente desaconselhável. Do lado brasileiro existe um plano de integrar por rodovia Boa Vista a Georgetown, assim permitindo o acesso de brasileiros ao atlântico norte e atraindo a Guiana para a sua órbita de influência. Falta combinar com Caracas a travessia da zona em disputa. Entretanto, preocupante é a pretensão da Guiana em permitir que entidades britânicas gerenciem projetos ambientais de uma parcela de seu território em troca de auxílio financeiro.

Em relação a situação boliviana vem realçar a instável história política desse país, agravada pela aliança entre os Presidentes Evo Morales e Hugo Chávez. Há sérios riscos de secessão entre os departamentos mais ricos que estão na oposição e são fronteiriços com o Brasil e que compõem a "*Nación Camba*", e os departamentos andinos mais pobres e que apóiam a Morales. Para Hirst (2006: 103) esses riscos de secessão estão na incapacidade do Estado em atender as reclamações sociais, provocada "em grande parte, à natureza irreconciliável dos projetos e posições sustentados pelos partidos, organizações sociais, comunidades indígenas, sindicatos, movimentos camponeses e dos empresários e entidades regionais". No caso de uma guerra civil na Bolívia ela será pela manutenção do atual território ou para evitar qualquer retaliação aos grupos separatistas. Em ambos os casos, Chávez terá um papel importante em apoiar ao governo institucional. Para ele estrategicamente é importante o controle do *herthland* continental, e como a Bolívia não tem fronteira com o seu país melhor ainda. Já do lado brasileiro após os ressentimentos pelos desacordos energéticos é hora de voltar a investir na Bolívia para, além de ampliar o fornecimento de gás e isolar os opositores das barragens do Rio Madeira, assim garantindo ao governo de La Paz recursos para amenizar os muitos problemas sociais e evitar uma onda de refugiados para o seu lado da fronteira.

Considerações Finais.

Pretendemos com este trabalho mostrar o atual quadro dos problemas relacionados com a segurança e a defesa regional após o advento da *Revolución Bolivariana*. Muito do que se tem dito sobre os eventuais conflitos regionais estão baseados em fatores conjunturais como o reaparelhamento de suas forças armadas em alguns países. Existe uma grande distância entre substituir uma aeronave que há muito está defasada tecnologicamente e enxergar hordas de guerreiros atravessando a fronteira.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Evidentemente que o Presidente Hugo Chávez possui características pouco usuais no meio diplomático, mais a nível interno ele tem consultado aos cidadãos com muita frequência e também tem convivido com uma oposição disposta a golpes, greves gerais e sabotagens. Muitos desses problemas são dos venezuelanos e cabe a eles resolverem. Enquanto as ingerências em assuntos internos de outros países fazem parte do ideário diplomático venezuelano desde as campanhas libertárias comandadas por Simón Bolívar.

Enquanto a possibilidade de uma potência (leia-se EUA) de intervir e até mesmo ocupar partes da Amazônia acreditávamos que esta hipótese seria remota, mas após o ataque colombiano em território equatoriano aparentemente respaldada pelos EUA parece-nos que está mais próxima. O que nos leva a concordar com as estratégias adotadas em relação à preparação para uma guerra assimétrica. E ao mesmo tempo conviver com a presença norte-americana nos assuntos regionais. Entretanto também devemos procurar ampliar as alianças como a iniciativa brasileira de criar um conselho regional de defesa para que os problemas desta agenda central para os Estados sejam compartilhados e resolvidos com a menor interferência possível de interesses externos.

Infelizmente grande parte dos problemas regionais está relacionada com a falta do Estado. Seja em questões de segurança pública, seja em questões mais elementares como a saúde. Assim há que investir mais na estrutura estatal sem cair na tentação de aumentar as amarras jurídicas e burocráticas que tanto atrapalham os processos de integração. Concordamos com Cepik (2008: 01) “parece evidente a partir dos eventos que marcaram a conjuntura da região desde o final do ano passado que o projeto de integração demanda uma solução institucional muito mais robusta do que a esboçada até aqui pelos governos, grupos e intelectuais”. Neste sentido tanto Brasil como Venezuela terão que desempenhar papéis de protagonistas na consolidação da MERCOSUL e da UNASUL como aliados em prol de uma América sonhada por Bolívar.

Referências Bibliográficas

Alvarez, A. Los dilemas de la revolución a la Chávez. *Papéis Legislativos*, n°. 2, <http://observatorio.iuperj.br>, acesso em junho de 2008.

Battaglini, O (2002). *La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano*. Caracas: Ediciones FACES-UCV,.

Becker, B (2004). *Amazônia, Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bottó, L (2005). “Nuevo profesionalismo militar de seguridad interna y desarrollo nacional e intervención política de militares populistas y radicales en Venezuela”. In: Irwin, D. & Langue, F. *Militares y Poder en Venezuela*. Caracas: UCAB: UPEL, pp. 139-177.

Cabral, O . “Em que os militares miram”, *Veja*, n° 2036, http://veja.abril.com.br/281107/p_130.shtml, acesso em dezembro de 2007.

Cepik, M. “A Crise Andina e o Futuro da Unasul”. *Análise de Conjuntura*, n° 04, <http://observatorio.iuperj.br>, acesso em junho de 2008.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

- Durán, A (2006). *Al filo de la noche roja*. Caracas: Randon House Mondadori.
- García, M. “A política externa brasileira: novo ciclo histórico”, *Panorama da Conjuntura Internacional*, São Paulo, n° 17, 2003, pp. 8-9.
- Hirst, M (2006). “Crise do Estado e segurança regional: novos desafios para a América do Sul”. In: CARVALHO, Maria e SANTOS, Maria (organizadoras). *O século 21 no Brasil e no mundo*. Bauru: Edusc, pp. 73-115.
- Jiménez, J (2005). ‘La Democracia en la Venezuela de Hugo Chávez: una aproximación al conflicto sociopolítico (1998-2004)’. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. *Militares y Poder en Venezuela*. Caracas: UCAB: UPEL, pp. 205-269.
- Kelly, J. & Romero, C (2005). *Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y conflictos*. Caracas: Ediciones IESA.
- Maya, M. & Lander, L (2007). “Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?”, *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n° 4, pp. 07-22.
- Mommer, B (2003). “Petróleo subversivo”. In: Ellner, S. & Hellinger, D. (editores). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, pp. 167-185.
- Romero, C (2006). *Jugando con el Globo*. Caracas: Ediciones B.
- Santos, F. & Vilarouca, M. “Adesão da Venezuela ao Mercosul: Des-ideologizar como forma de atingir o Interesse Nacional”, *Papéis Legislativos*, n.4, <http://observatorio.iuperj.br>, acesso em outubro de 2007.
- Vaz, A (2002). *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI.
- Vaz, A (2004). “La agenda de seguridad de Brasil: de la afirmación soberana hacia la cooperación”. In: CEPIK, Marcos e RAMIREZ, Socorro (editores). *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña*. Bogotá: FESCOL.
- Villa, R (2005). “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n° 55, pp. 153-172.
- Villa, R. “A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo”, *Análise de Conjuntura*, <http://observatorio.iuperj.br>, acesso em outubro de 2007.